



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2023

1 PLENÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

2 Ata da 5ª reunião ordinária, realizada no dia 03 de Outubro de 2023.

3 No dia 03 de Outubro de 2023, às 09h00min os conselheiros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paracatu, reuniram-se por videoconferência os seguintes
4 conselheiros titulares e suplentes – **Representantes do Poder Público Estadual: Rodrigo de Sousa Lousada** - Suplente, **Tais Fernanda Martins Ferreira** (SEMAD) –
5 Titular, **Álvaro de Moura Goulart** (EMATER) – Titular. **Representantes Poder Público Municipal: Renata Lorrane Vieira Silva** (AMNOR) – Titular, **Rafael Vieira Soares** (AMNOR) – Suplente, **Sophia Lorena Pinto Vieira** (Prefeitura Municipal de Patos de Minas) – Titular, **Denys Herculano de Castro** (Prefeitura Municipal de Lagoa Grande) – Titular, **Denys Henrique de Andrade Santiago** (Prefeitura Municipal de Paracatu) – Titular, **Alexandre Stehling dos Santos** (Prefeitura Municipal de Vazante) – Titular, **Ivonete Antunes Ferreira** (Prefeitura Municipal de Brasilândia de Minas) – Titular; **Representantes de Usuários: Gustavo Lino Mendonça** (SAAE Buritizeiro) – Suplente, **Alexandre Augusto Soares Matos** (IBRAM) – Titular, **Adson Roberto Ribeiro** (IRRIGANOR) – Titular, **Marcelo Geraldo Landim Carvalho** (ENTRE RIBEIROS) – Suplente, **Túlio Pereira de Sá** (FIEMG) – Titular. **Representantes da Sociedade Civil: Afonso de Jesus Silveira Andrade** (ASPROM) – Titular, **Antônio Eustáquio Vieira** (MOVER) – Titular, **Tobias Tiago Pinto Vieira** (MOVER) – Suplente, **Bruno Peres Oliveira** (CREA-MG) – Titular. **Convidados: Angélica Vales Cordeiro Otoni, Tiago Lana** (AG Peixe vivo) **Laíne Silva** (HIDROBR), **Beatriz** (Meta Engenharia), **Altegnio Dornelas**. **Assuntos em Pauta: 01) ABERTURA PELO PRESIDENTE DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU – ANTÔNIO EUSTÁQUIO VIEIRA: Antônio Eustáquio** cumprimentou e agradeceu a presença de todos. Fez um breve informe com a intenção de formar uma comissão com 04 membros de cada segmento do comitê para tratar da crise hídrica na região. Se mostrou preocupado com o que pode acontecer com o pessoal do agronegócio da região, e o comitê deve ser protagonista e não só referende políticas de governo. Tem que ficar claríssimo para todos do comitê que somos de estado. O comitê não age somente para referendar a política de governo, ele é um órgão de estado que atua em defesa da coletividade. Deu início a reunião. **02) CONFERÊNCIA DE QUÓRUM – ADSON ROBERTO RIBEIRO: Adson Ribeiro** (IRRIGANOR) informou que o quórum havia sido atingido e assim passou para o próximo ponto de pauta. **03) APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 01/08/2023 - ANTÔNIO EUSTÁQUIO VIEIRA: Antônio Eustáquio** informou que a Ata já havia sido enviada aos conselheiros para fazerem as devidas considerações e em seguida colocou em votação a aprovação da Ata da Reunião Ordinária do CBH-Paracatu do dia 01/08/2023. **Adson Ribeiro** (IRRIGANOR) se absteve pois não participou da referida reunião. **Túlio** (FIEMG) pediu alteração nas



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2023

40 referências de agência peixe vivo. Assim feita foi aprovada com totalidade do restante
41 dos votos. Em seguida passou para o próximo ponto de pauta. **04) INFORME DAS**
42 **CORRESPONDÊNCIAS ENVIADAS E RECEBIDAS – ADSON ROBERTO**
43 **RIBEIRO: Adson Ribeiro (IRRIGANOR)** cumprimentou a todos e leu as corres-
44 pondências recebidas e enviadas, agradeceu a todos. Em seguida passou para o
45 próximo ponto de pauta. **05) RELATO DOS ASSUNTOS A DELIBERAR – AD-**
46 **SON ROBERTO RIBEIRO: Adson Ribeiro** informou que há uma deliberação do
47 processo de outorga de grande porte nº 13361/2023 requerido por F&G Extração e
48 Comércio de Areia Ltda. **06) APRESENTAÇÃO DA SITUAÇÃO DO PROJETO**
49 **QUE VISA A VIABILIDADE TÉCNICA PARA CONSTRUÇÃO DE BARRA-**
50 **GEM E REGULARIZAÇÃO DE ÁGUA DO RIBEIRÃO NA BACIA DO RIO**
51 **SANTA IZABEL -THIAGO CAMPOS - AGÊNCIA PEIXE VIVO. Thiago** Lana
52 **(Agência Peixe vivo)** agradeceu a oportunidade e iniciou sua apresentação explicando
53 os avanços que foram obtidos desde a última reunião. O contrato se encerrará em de-
54 zembro, que é previsão de entrega dos estudos preliminares, projeto básico, estudo de
55 viabilidade. Houve avanços na locação provável do barramento. A prefeitura de Para-
56 catu, que tem uma cadeira no CBHSF, no qual solicitou esse projeto. Em 2018 já se
57 falava da crise hídrica e uma das soluções não se limitando somente a esta. A constru-
58 ção de 4 barragens de volumes independentes que conseguiria resolver esse problema
59 de regularização no Ribeirão. Explicou sobre o ZAP realizado em 2018. Apresentou
60 sobre a demanda apresentada na região. Atualmente está sendo elaborado o estudo de
61 viabilidade e projeto básico. Falou sobre os processos de contratação, e em 2023 foi
62 contratada a HIDROBR, com a expectativa de entregar o estudo em novembro de
63 2023. Esse contrato ele foi focado na regularização de vazão porque a regularização
64 de vazão no Santa Isabel vai trazer uma segurança hídrica, para comportar as outorgas
65 no rio. Está aprovado o plano de trabalho, e em andamento a elaboração de estudo
66 hidrológico geológico, geotécnico sismológico e os levantamentos preliminares. Ex-
67 plicou sobre os lugares avaliados para instalação do barramento, foi descartado o ponto
68 04, pois não mudaria nada no abastecimento da cidade, e o ponto 03 tem uma topogra-
69 fia favorável, mas no processo seria inundada algumas estradas, por isso foi
70 descartado. O ponto 02 a topografia não é favorável, seria uma área inundada muito
71 grande, sendo uma área de pivô. Já no ponto 01, não tem inundação de residência nem
72 de pivô e existem algumas unidades de conservação que estão sendo abordadas, prin-
73 cipalmente na questão ambiental, na viabilidade ambiental desse empreendimento.
74 Entende -se que o tamanho do Barramento vai ficar condicionado a essa área, então
75 ainda está sendo estudado. A empresa já foi ao lugar para colher os dados do local.
76 Explicou o cronograma físico financeiro desse projeto, sendo até o momento com adi-
77 tivo contratual de 8 meses se encerrando em dezembro. Para acompanhar esse projeto,
78 existe a ferramenta do SIGA, no siga São Francisco, lá podem se acompanhar todo o
79 processo do barramento. Agradeceu a todos e abriu para responder as dúvidas.



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2023

80 **Antônio Eustáquio (MOVER)** propôs uma reunião com a comunidade do local Santa
81 Isabel juntamente com o CBH para esclarecer e levar informações para essas pessoas.
82 **Thiago (AGÊNCIA PEIXE VIVO)** informou que esse assunto deveria ser levado ao
83 CBHSF pois ele não poderia responder por eles. **Antônio Eustáquio (MOVER)** in-
84 formou que o CBH Paracatu pode chamar essa reunião porque é de fundamental
85 importância que o CBH leve esclarecimentos a todos, para que não sejamos taxados
86 de omissos num futuro próximo. **Tobias Vieira (MOVER)** pediu a palavra e citou que
87 passou a acompanhar o SIGA São Francisco, e que ficou surpreso com o valor desse
88 contrato, pois é um valor muito alto para ainda a contratar, não ter a capacidade sufi-
89 ciente de entrar no território e entregar os produtos que tinha que entrar, além disso a
90 equipe envolvida é de dez pessoas. Sendo um valor de 100 mil reais por pessoa, mesmo
91 com outros gastos. Passou a mensagem de que se deve avaliar melhor, pois o nome da
92 agência e do São Francisco não está boa. As pessoas têm a impressão de que o comitê
93 só faz coisas erradas. A exemplo do que aconteceu com os problemas que se teve na
94 estrada e agora com o projeto de elaboração de um estudo que está todo atrasado, no
95 valor de quase um milhão de reais, para entregar um estudo preliminar, o nome preli-
96 minar tem que desaparecer e ser entregue um estudo muito bom e completo. Devemos
97 ter atenção de que um valor deste contrato com os vacilos que estão acontecendo de
98 atraso, tem que vir um produto muito bom, todos esses alinhamentos, com CGL, CBH
99 Paracatu e prefeitura, sendo tudo detalhado. Falando pelo MOVER, esperamos que
100 venha um trabalho muito bom mesmo e que a agência esteja fiscalizando para que não
101 se tenha mais um prejuízo de nome de ambas as partes. O plano de trabalho foi muito
102 superficial, foi um plano de trabalho genérico. **Thiago (AGÊNCIA PEIXE VIVO)**
103 explicou que a expectativa que seja o melhor estudo possível, e que o valor não é muito
104 por causa dos encargos sociais, sendo assim estando abertas a discussões, e que o
105 atraso aconteceu justamente para que pudesse ser refinado o estudo. O compromisso
106 da agência é entregar o melhor produto possível. Os produtos são públicos e estão
107 abertos a todos. A agência não pode tomar decisões institucionais, pois não é porta voz
108 do CBHSF, e está aberto a todos. **Adson Ribeiro (IRRIGANOR)** com relação barra-
109 mento, informou que estão tendo umas intervenções estranhas, foi um projeto que saiu
110 da prefeitura de Paracatu, com o Mover e com os usuários, já passou nas instâncias do
111 CBHSF e eles acataram. O CBH Paracatu está junto, mas o protagonismo é o CBHSF.
112 Deve ser passado as decisões pelo CBHSF. O CBH Paracatu não está a margem dessa
113 discussão. Foram feitas todas as discussões aqui na plenária, foi tudo aprovado, inclu-
114 sive por unanimidade. Está sendo buscado a solução do problema hídrico de Paracatu.
115 Todas as demandas dessa reunião serão levadas ao CBHSF, mas as decisões são deles.
116 A única alternativa é a construção desse barramento pois a região está sem água. **An-
117 tônio Eustáquio (MOVER)** informou que é o São Francisco, através do recurso da
118 cobrança, está financiando esse estudo. Uma coisa deve ser esclarecida, é que a pri-
119 meira instância a respeito de gerenciamento de recursos hídricos na bacia do Paracatu



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2023

120 é o CBH Paracatu. O comitê tem que ter autonomia para mobilizar a comunidade e o
121 CBHSF para esclarecer as dúvidas da comunidade, para que tenhamos ela alinhada. O
122 comitê não pode ser responsabilizado por uma questão que não é do CBH na integra.
123 O CBH está parecendo omissor por isso solicita a reunião com a presença de todos os
124 envolvidos. **Afonso de Jesus (ASPROM)** concordou que o CBH Paracatu tem que
125 estar envolvido pois é uma questão comunitária, jamais o comitê deveria ser deixado
126 de lado. **Adson Ribeiro (IRRIGANOR)** informou a todos que o comitê não está a
127 margem, ele não está fora do processo. De primeiro momento todas as informações
128 foram trazidas as plenárias, foram discutidas e aprovadas, sendo tudo registrado em
129 ata. O comitê está participando de todas as discussões, inclusive na CCR alto, está tudo
130 muito bem transparente e sendo trazido em todas as reuniões. Tem que se andar juntos
131 sim, e temos que esclarecer o que está acontecendo. **Tobias Vieira (MOVER)** falou
132 que apesar que se falem que o comitê está envolvido, o comitê não está levando em
133 consideração o que é falado nas reuniões. Propôs que o Comitê do Paracatu elabore
134 uma minuta ou alguma sugestão formal para que possam avaliar, envolver a CGL nessa
135 construção. Explicou a portaria 26, pois o plenário da CGL tem como atribuição res-
136 ponsabilizar-se quando for o caso, pela manutenção, operação e segurança das obras
137 de infraestrutura hídrica de uso comum. E neste projeto está sendo construído e levado
138 a prefeitura, porém, o governo atual está empenhado nessa obra, mas existe o questio-
139 namento de quem vai ficar para o resto da vida gerindo o processo. Em momento
140 algum está sendo levado em consideração a CGL. Propôs que o Comitê, de forma a
141 discutir com os seus conselheiros, faça um documento formal dizendo que quem é
142 responsável pela segurança e operação da infraestrutura de segurança hídrica, de uso
143 comum, que é esse caso é a CGL. **Adson Ribeiro (IRRIGANOR)** falou que é de
144 grande importância a CGL participar de todo esse processo. **Antônio Eustáquio (MO-**
145 **VER)** falou sobre chamar CGL, e a comunidade pra gente esclarecer definitivamente,
146 pra não ter meia conversa e cada um assumir seu papel nessa história. **Denys Santiago**
147 **(Prefeitura Municipal de Paracatu)** Relatou que tem sofrido assédio do pessoal contra
148 o barramento, e que se deve ter muito cuidado com essas reuniões com a população.
149 Foi informado a todos que ainda estão fazendo o estudo de viabilidade e que não tem
150 nada estabelecido. **Tobias Vieira (MOVER)** lembrou a sua solicitação. **Antônio**
151 **Eustáquio (MOVER)** questionou como seria feito esse documento solicitado, se faria
152 a reunião da CGL primeiro. **Adson Ribeiro (IRRIGANOR)** sugeriu que fizesse um
153 documento sugerindo ao CBHSF que incluísse a CGL e paralelamente conversar com
154 a CGL para ver até que ponto estão comprometidos com a barragem. Quando se fala
155 em prefeitura, independente do prefeito que está, se a prefeitura tem um compromisso
156 com aquela barragem na próxima gestão, não pode simplesmente falar que não quer
157 mais. A ideia é que seja uma estrutura que tem uma responsabilidade de manutenção,
158 e a CGL tem que participar sim. Deve ser feito esse encaminhamento ao CBHSF. **An-**
159 **tônio Eustáquio (MOVER)** questionou como faria esse documento e passou ao



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2023

160 próximo ponto de pauta. **07) DELIBERAÇÃO SOBRE O PROCESSO DE OU-**
161 **TORGA DE GRANDE PORTE Nº 13361/2023 REQUERIDO POR F&G**
162 **EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA - TOBIAS VIEIRA. Tobias Vi-**
163 **eira (MOVER)** deu um contexto a todos sobre o processo que será deliberado, sendo
164 um processo de ampliação da capacidade de captação de Areia no córrego da prata.
165 Explicou o que aconteceu na reunião discursiva da CETOC, sendo a situação crítica
166 do córrego da prata, que ele tem uma extração de Areia abusiva, que esses empreendi-
167 mentos afundam demais o leito do córrego e que existe uma concentração muito
168 grande de dragas. Foi falado sobre as condicionantes, e foi questionado o cumprimento
169 dessas condicionantes, sobre o desempenho ambiental desse empreendimento, pra po-
170 der atestar que ele está dentro das normas. A SUPRAM comentou que as
171 condicionantes estão sendo cumpridas, mas não consta no parecer. A CETOC enten-
172 deu que existe o uso abusivo do Rio da Prata, e sobre a votação 03 representantes se
173 abstiveram de votar, o IBRAM votou a favor e o MOVER votou contra, como houve
174 esse empate a coordenação deu seu voto de desempate votando contra. Lembrando
175 sempre que a CETOC não é deliberativa, e sim consultiva. A justificativa contrária
176 justificando que era necessário nesse momento, a realização de um estudo, uma avali-
177 ação ambiental integrada do Rio da Prata, entendendo que ali já existe muitos
178 empreendimentos de Areia e que o impacto já não eram mais impactos pontuais, e sim
179 impactos sistêmicos, e por isso seria necessário uma avaliação ambiental integrada
180 para entender se realmente existe uma possibilidade de aumentar as captações de Areia
181 no Rio, sem causar mais danos, e danos mais graves ao meio ambiente. O IBRAM
182 sugeriu algumas melhorias das condicionantes, mas no momento isso não estava sendo
183 discutido. Cabe ao plenário pedidos de vista, proposições de condicionantes, uma vez
184 que a CETOC ficou apenas com o parecer de aumento da extração. Houve uma grande
185 participação do Afonso, no qual explicou a situação do local. **Afonso de Jesus (AS-**
186 **PROM)** explicou que ficou satisfeito com a posição da CETOC, e falou sobre o Rio
187 da Prata. O Rio da Prata hoje é um dos maiores berçários do Rio São Francisco, tem
188 um leito arenoso, sendo um berço da reprodução da Piracema, surubins e outros peixes,
189 além disso virou uma atração turística. Quanto à questão da dragagem, todos os pontos
190 do rio estão sendo dragados, não existe hoje nenhum ponto a mais que pode ser licen-
191 ciado. Anteriormente achavam que essa dragagem era benéfica, pois estava tirando
192 essa areia, só que com o tempo foi percebido que essas dragagens estão totalmente
193 fora dos limites do licenciamento previsto, porque não é permitida a dragagem a mais
194 de 2 metros de profundidade. O que está acontecendo no Rio é que estão dragando o
195 rio até a piçarra, até o fundo porque é um rio que tem uma correnteza muito boa, e eles
196 dragam para que a correnteza traga mais areia até os empreendimentos. Nesse caso o
197 rio está começando a correr por baixo do leito, o rio já não está tendo água por cima
198 do leito, como ele está correndo por baixo não está tendo água no rio mais. Se continuar
199 a dragagem como está sendo feito no Rio da Prata, a tendência é o rio começar a correr



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2023

200 por baixo, secando por cima do leito, sendo essa a maior preocupação no momento. A
201 exploração é violenta, antigamente tinha pequenos dragueiros que viviam para subsis-
202 tência, e hoje tem mergulhadores para extrair areia, inclusive tem óbito de mergulhador
203 registrado pela polícia. Esses mergulhadores estavam mergulhando e a areia tampou
204 por cima e esse mergulhador veio a falecer. Tiveram outros casos que não foram re-
205 gistrados. Tem vários casos nesse período de verão no qual banhistas que vão até o
206 Rio para nadar, e as areias que são extraídas, o que fica se torna movediça e esse ba-
207 nhista some no meio dessas areias e vem a falecer. No Rio da Prata existe algumas
208 praias que eram de uso da comunidade, mas no momento esses empreendimentos estão
209 dragando essas areias. Então esses são os problemas, e a preocupação é que o Rio da
210 Prata comece a correr só por baixo, se continuar assim só vão acontecer mais óbitos
211 de mergulhadores e de banhistas em toda a época de verão. Outra questão é a sinaliza-
212 ção da dragagem, não existe a sinalização correta, as pessoas caem nas dragas e vem
213 a falecer. Existe um posto da polícia ambiental, do lado de Lagoa Grande esse posto
214 da polícia ambiental, o pessoal usava para o lazer e não está sendo usado devido à
215 profundidade do rio. Solicitou aos conselheiros que pensem com carinho na aprovação
216 deste processo pois está acontecendo a morte do Rio da Prata. Solicitou que peçam
217 sinalização correta, monitoramento e a proibição do uso do mergulho. Como o conse-
218 lheiro faz parte da associação do Rio da Prata, observou esses problemas e trouxe a
219 plenária, deve ser feito um estudo integrado da bacia do Rio da Prata para que possa
220 ser avaliado a situação do Rio. Solicitou que não houvesse mais outorgas enquanto não
221 obtivessem essa avaliação. Afonso citou sobre uma avaliação realizada no Rio do
222 Sono, mas essa avaliação foi feita pelos próprios empreendedores pagaram a avaliação,
223 e com ela temos condições de avaliar profundamente essas questões das dragas no Rio
224 da Prata. **Tobias Vieira (MOVER)** relatou que foram ouvidas as denúncias realizadas
225 pelo Afonso e partindo do princípio da precaução o Mover optou-se por estar contrário
226 a continuidade da ampliação. O empreendimento em questão dobra a capacidade de
227 extração de areia. Não sabendo como a diretoria vai conduzir, sugeriu que não seja
228 conduzido, que seja sobrestado o processo até que seja elaborada essa avaliação am-
229 biental integrada da bacia. **Afonso de Jesus (ASPROM)** lembrou os votos da
230 CETOC no qual 03 conselheiros se abstiveram de votar, e lembrou da gravidade da
231 situação do Rio. **Antônio Eustáquio (MOVER)** Citou as vezes que se passa pela
232 BR040 se vê de longe a situação do Rio, pelos bancos de areia e se viu assustado com
233 as denúncias realizadas pelo Afonso. A plenária do momento vai avaliar se é contra ou
234 a favor do relatório da SUPRAM, mas o comitê deve tomar outras providencias., não
235 é sendo contra o empreendedor ou punir os mesmos. Lembrou que o comitê, os con-
236 selheiros, tem responsabilidades civis e criminais, então se deve ter cautela e sabedoria
237 para essa votação. Inclusive o comitê tem que acionar o Ministério público, e o Minis-
238 tério público deve saber o que está acontecendo, porque caso seja levantada essas
239 denúncias e sejam confirmados esses problemas são muito graves, e pode se trazer



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2023

240 problemas para a comunidade da bacia. O que foi relatado é uma situação muito grave.
241 Abriu a palavra aos conselheiros. **Alexandre Matos (IBRAM)** explicou o voto do
242 IBRAM, no qual foi para que seja feito um estudo técnico pertinente estabelecido por
243 lei, para aquela atividade que sejam estabelecidas condicionantes tecnicamente defini-
244 das e aplicáveis e que seja cumprido essa condicionante. O que o Afonso está
245 mostrando é talvez o não cumprimento do estabelecido e do licenciado. A pontuação
246 do IBRAM é que o empreendedor tenha condições de fazer o seu estudo, apresentar
247 um estudo técnico de qualidade para os órgãos ambientais competentes, que esse es-
248 tudo seja avaliado, estabelecidas condicionantes técnicas para garantir o controle do
249 impacto ambiental e que isso seja seguido, seja avaliado. Isto dito se foi feito esse
250 processo, esse processo é correto não se entende o porquê não seguir com o processo
251 de licenciamento e outorga. É importante que cada órgão cumpra bem o seu papel e
252 que o empreendedor cumpra corretamente o seu papel, já que uma bacia hidrográfica
253 não é afetada apenas por um tipo de uso, mas pelos conjuntos de uso daquela bacia.
254 Então, todos os empreendimentos locados na bacia devem seguir os parâmetros técni-
255 cos vigentes. Esclarecendo o ponto do IGAM e o motivo pelo qual o IBRAM votou é
256 que trouxesse para o comitê de bacia para que pudesse ter uma ampla discussão do
257 encaminhamento desse processo e validação de como ele está funcionando. **Afonso de**
258 **Jesus (ASPRM)** Questionou para que o Ibram e aos conselheiros para que eles fos-
259 sem ao empreendimento ou outros e verificasse a profundidade do que está sendo
260 dragado. Algumas pessoas ribeirinhas proferiram ameaças ao ASPROM para que to-
261 masssem medidas. Explicou que não está pedindo a negação do licenciamento, estão
262 pedindo um estudo integrado da bacia, porque aí, se vê exatamente o que está aconte-
263 cendo na bacia, a irrigação, a criação de gado, a mineração. A mineração é um mal
264 necessário e que se dão em 90% ou mais em área de preservação permanente. Chega
265 ao certo ponto que não é mais tolerado o processo. O rio é um berçário do Rio São
266 Francisco e a ASPROM conseguiu a proibição de pesca. Pediu aos conselheiros que
267 tenham controle e que enquanto não houver um estudo integrado e não se licencia mais
268 dragagem na bacia do Rio da Prata. **Antônio Eustáquio (MOVER)** Sugeriu a verifi-
269 cação do que se cabe nesta plenária, a retirada de pauta ou sobrestação desse processo
270 e procurar o Ministério público da bacia do Paracatu, solicitar a eles que envolvam os
271 usuários da bacia, convocar os usuários da bacia para que seja realizado esse estudo.
272 Provavelmente o estado não vai realizar, mas o Ministério Público talvez sim, para que
273 se verifique todos os processos na bacia do Rio. Lembrou que já foi solicitado a
274 SUPRAM noroeste para que fizesse um trabalho junto às dragas existentes em toda a
275 bacia do Paracatu, tanto no Paracatu como no Rio da Prata com relação à sinalização.
276 Provavelmente a recomendação do comitê foi acatada, e que quando aconteceu a ex-
277 pedição do Paracatu no ano passado, havia cabos de aço atravessados de qualquer
278 maneira dentro do Rio. Resta solicitar ao Ministério público para que ajude nisso. Não
279 é punir ninguém nesse momento, e sim fazer esse estudo pra que se use a Areia do Rio



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2023

280 da Prata a contento, que os irrigantes tenham água, porque para dizer, semana passada
281 conseguiu falar com o comandante de Patos de Minas, da polícia ambiental, pediu para
282 ajudar. Foi solicitado a polícia ambiental para ajudar e foi dito que não se sabe onde
283 vão conseguir tirar água do Rio da Prata devido a quantidade de outorgas e empreen-
284 dimentos que ainda nem se iniciaram. Se o comandante da polícia ambiental citou, se
285 imagina como deve estar a situação do Rio. Sugeri que se retire de pauta, ou sobes-
286 tasse esse processo e entrasse em contato com o ministério público para levar o que
287 foi falado nesta plenária, para que eles ajudem a resolver a questão. Abriu a palavra
288 aos demais. **Tais Fernanda (SEMAD)** esclareceu que referente às condicionantes, o
289 empreendimento ainda está em fase de instalação, as operações não começaram e as
290 condicionantes que foram citadas, foram as pertinentes antes do início da operação do
291 empreendimento. E só para esclarecer que ele já possui licença ambiental, e projeto
292 (fala inaudível) já está aprovado. **Túlio Pereira de Sá (FIEMG)** pediu a palavra para
293 esclarecimento, relatou que tem que se avaliar os pontos. Entende-se a preocupação
294 do Afonso, o estudo na bacia é importante. Com a questão da implantação da cobrança
295 que está próxima e os projetos da bacia, além da unificação dos comitês, vai ser um
296 momento propício a fazer esses estudos. Deve se analisar por exemplo, a questão da
297 atividade, a implantação baseada no plano da bacia está correta, a parte técnica que foi
298 avaliada pelo estado, que é o papel deles está certo. Está com parecer para deferimento
299 e o que veio pra plenária avaliar é o que está aí, então se já é um empreendimento
300 instalado, é um empreendimento que está cumprindo a questão das condicionantes. As
301 preocupações entendem-se que são pertinentes, mas temos que avaliar também o ponto
302 em que, até onde o comitê pode estar atuando em cima disso. O parecer técnico está
303 para aprovação, é uma ampliação, então o empreendimento já está instalado. É uma
304 atividade que está ampliando, não é um empreendimento novo, então, se está de acordo
305 com o plano de bacia e com as questões da parte que cabe ao comitê, cabe a aprovação,
306 e em paralelo trabalhar com as preocupações do Afonso, que seria um estudo mais
307 amplo. Como foi falado os empreendedores investirem no estudo porque é de interesse
308 deles, seria possível por parte do empreendedor. Análise técnica está certa e o que
309 passou na CETOC, apesar de ter tido abstenções de alguns e votos contrários, não
310 caberia. Poderia colocar alguns pontos específicos em relação às condicionantes futu-
311 ras e depois avaliar esses pontos em paralelo da preocupação do comitê, mas o papel
312 do comitê, enquanto CETOC, enquanto a avaliação do plano da bacia, se não está con-
313 trário, deve ser aprovado. **Afonso de Jesus (ASPROM)** explicou que a ASPROM é
314 uma associação de preservação do Rio da Prata e está manifestando o que está aconte-
315 cendo no local. Os conselheiros devem ter bom senso e lembrou novamente a
316 votação da CETOC, no qual foi reprovado esse processo. Quando há uma denúncia
317 grave no qual está fazendo, explicou que não foi ao ministério público porque o local
318 dessa discussão é no CBH Paracatu, sendo o fórum adequado para tomar essas provi-
319 dências. Afonso explicou que trouxe essas denúncias para que a sociedade e a



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2023

320 comunidade fique sabendo do que está ocorrendo no Rio da Prata e, a partir disso, se
321 tomar as providências necessárias através do Ministério público e vir esse estudo. Pe-
322 diu a todos que tenham responsabilidade e que as denúncias que ele apresentou sejam
323 ouvidas. Sugeriu que façam uma fiscalização em qualquer draga do rio para verificar
324 se está correto. **Túlio Pereira de Sá (FIEMG)** falou que a questão do bom senso todos
325 procuram ter, mas o papel da fiscalização é do estado. Questionou se essa denúncia foi
326 levada ao estado e polícia militar isso tem que ser avaliado. Falou que estão descon-
327 tando em cima do empreendimento específico o que está acontecendo na bacia como
328 um todo. Uma denúncia que houve da associação que foi feita pra o Afonso e não se
329 sabe se fizeram para os órgãos competentes a questão da denúncia. O comitê de bacia
330 tem que ser avisado, mas cabe a fiscalização principal para o órgão gestor, que seria o
331 estado, a polícia militar, ambiental fazer a fiscalização. Falou que tem que avaliar esses
332 pontos e que não está fazendo vista grossa, deve-se avaliar a bacia e procurar os órgãos
333 e cobrar isso deles. Mas aqui estão descontando em cima do empreendimento que está
334 vindo com um parecer favorável do órgão ambiental pela questão da análise da parte
335 técnica, que foi avaliada pelo órgão ambiental. A minuta que foi enviada foi descre-
336 vendo a aprovação. **Tobias Vieira (MOVER)** explicou que é uma minuta e que é
337 somente minuta. **Túlio Pereira de Sá (FIEMG)** continuou dizendo que a minuta não
338 está neutra e que tem que começar a buscar os órgão competentes em relação a isso,
339 se a denúncia foi feita direto pra o Afonso e não foi feita para os órgãos competentes
340 ou se os órgãos competentes não fizeram o estudo agora, cabe sim, trazer pra o comitê
341 que é um conselho da bacia que tem que preocupar com a bacia como um todo, mas
342 que fizeram uma reclamação pra o Afonso e não para o estado ou para outros órgãos
343 competentes. Falou novamente que estão descontando em cima do empreendimento
344 específico um problema da bacia como um todo. Se eles têm a parte da ANM, se o
345 estudo técnico do órgão ambiental pelos técnicos ambientais, foi favorável, cabe ao
346 comitê avaliar a questão do plano diretor da bacia e, se tiver OK, deve se levar os
347 estudos, a preocupação com a bacia como um todo. E caberia não descontar em cima
348 de um empreendimento só. **Afonso de Jesus (ASPRM)** explicou que não está des-
349 contando no empreendimento e que não está querendo prejudicar empreendimento, e
350 que a associação tem 300 membros entre pequeno produtor rural, ribeirinhos etc.
351 Afonso recebeu a denúncia e como membro foi verificar a situação em três dragas,
352 solicitou que fizessem corretamente, mas não aconteceu. Questionou que está aconte-
353 cendo uma desinformação pois o empreendimento já está instalado e está solicitando
354 o aumento da outorga. Na CETOC ficou claro que foram contra a aprovação, e ques-
355 tionou a minuta. **Tobias Vieira (MOVER)** esclareceu que a Tais comentou que o
356 empreendimento não está instalado, mas acredita que ela quis dizer que a ampliação
357 não foi instalada, mas o empreendimento hoje funciona, e tem um relatório técnico
358 fotográfico com a balsa instalada com boias instaladas, que prova que ele está funcio-
359 nando. O se negou na CETOC nesse momento é exatamente a ampliação com vistas



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2023

360 ao problema que existe na microbacia em questão. Discordou do Túlio que estão pe-
361 nalizando esse empreendimento pois se deixar de fazer algo neste momento esse
362 próprio empreendimento, ele não vai se comprometer com a construção do estudo am-
363 biental integrado por experiência, que depois de licença e outorga concedida, ninguém
364 mais vai ajudar. Então é uma forma de pressionar o empreendedor, dele apoiar junto
365 aos outros para construir uma solução conjunta, porque o que acontece na grande mai-
366 oria, são que cada um tem a sua autorização individual e ninguém pensa no coletivo.
367 Deixou claro que a CETOC foi contrária a ampliação do empreendimento, com a ne-
368 cessidade de se construir uma avaliação ambiental integrada. Explicou que as soluções
369 são indeferimento, retirar de pauta, sobrestar o processo até que seja apresentada essa
370 avaliação ambiental integrada e talvez a Taís, saiba orientar melhor quanto a isso. Se
371 essa é a direção mais adequada. Solicitou quem tivesse interesse de verificar melhor
372 entrasse no SEI e verificasse os processos. O Mover foi contra a ampliação e não contra
373 ao empreendimento porque a ampliação dobra a capacidade de beneficiamento, extra-
374 ção de Areia do empreendimento, em uma bacia que já está com todos esses problemas
375 denunciados pelo Alfonso, em paralelo pode sim levar ao ministério público, mas vão
376 esquecer do princípio da precaução para poder aprovar simplesmente para conceder
377 um rito processual favorável a esse processo. Estando tudo bem claro o que foi apre-
378 sentado. **Túlio Pereira de Sá (FIEMG)** falou que quando se fala sobre passar o
379 processo adiante e que o empreendedor não vai querer contribuir com a análise, estão
380 tachando o empreendedor, olhando pelo lado negativo. Não se pode adivinhar qual vai
381 ser o pensamento do empreendedor e muito menos não pode tachar, pensando que
382 sempre vai ser o pior. Se é de interesse do empreendedor ampliar pode ser dos outros
383 empreendedores ampliar também. Quando se fala da questão que dobra, a capacidade
384 para um curso de água que já está impactado, deve ser questionada quem fez a análise
385 técnica do processo, para analisar a viabilidade técnica ou não da ampliação foi o es-
386 tado e o estado deu um parecer favorável, então não cabe argumentar em relação a
387 esses pontos técnicos de que dobrar a capacidade se seria ou não seria viável. Outro
388 ponto é que querem fazer a análise integrada. A análise integrada tem que ser feita já
389 que estão tendo essas denúncias de impacto na bacia, mas ao mesmo tempo não se tem
390 um regramento legal para poder solicitar isso de todo empreendimento que vai ser
391 aprovado, isso tem que ser uma coisa estudada, debatida e discutida para poder ser
392 proposta. Um empreendimento que já está com análise pronta, dentro do órgão ambi-
393 ental. Uma análise do órgão ambiental, análise técnica que não viu o comprometimento
394 em relação a essa ampliação pra começar a criar esse regramento legal, teria que ser
395 um paralelo, pode ser um comprometimento do comitê, dos setores, dos segmentos
396 que fazem parte do comitê para envolver o levantamento junto com o IGAM dos em-
397 preendimentos que atuam na bacia para fazer um regramento legal em relação à
398 questão da análise integrada. Falou que nesse ponto o comitê está saindo um pouco em
399 relação à questão da competência dele em colocar uma regra na análise. Questionou



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2023

400 se o Afonso fez a denúncia para o órgão competente, pra quem teria que fiscalizar
401 esses pontos específicos. **Afonso de Jesus (ASPROM)** Relatou que não concorda com
402 as falas do Túlio e questionou que não é só porque o estado falou que está certo de que
403 o comitê tem que aprovar. Questionou a existência da plenária do comitê da bacia do
404 Paracatu, se é para apenas aceitar o que o estado está certo. Relatou que fez a denúncia
405 aqui no comitê de bacia e que foi na polícia ambiental, no qual disseram que não tem
406 equipamento necessário pra fazer a fiscalização de profundidade de água. **Tobias Vi-**
407 **eira (MOVER)** Concordou com o Afonso solicitou que as minutas sejam com a
408 conclusão neutra. Falou sobre o questionamento do Túlio se o empreendedor vai se
409 comprometer com a avaliação ambiental integrada, o representante do empreendedor
410 está na reunião, apesar dele estar em silêncio, se ele se comprometer em realizar essa
411 avaliação ambiental integrada, pode colocar isso como condicionante e aí se finaliza a
412 situação. **Beatriz (META ENGENHARIA)** Relatou que conversou com o empreen-
413 dedor e que estão totalmente aptos em ajudar da melhor forma possível de preservar e
414 de manter as características naturais, está apto em fazer qualquer ajuste necessário para
415 manter a preservação do curso hídrico. **Tobias Vieira (MOVER)** relatou que sendo
416 assim todos tem a opção de condicionar a avaliação ambiental integrada. **Antônio**
417 **Eustáquio (MOVER)** falou para o Túlio e aos demais que a sociedade normalmente
418 quando ela tem suas penúrias, ela nem procura órgão público, nem procura instâncias
419 de governo, nem procura Ministério público nem procura nada, porque essas entidades
420 não têm a credibilidade que a sociedade espera, então é por isso que normalmente
421 procura uma entidade, como a entidade que o Afonso representa na bacia. Afonso pode
422 não ter levado isso pra frente porque esperou o momento adequado. Se com o estudo
423 inviabilizando o empreendimento o que vai acontecer depois, se o empreendimento já
424 está no local. Os órgãos ambientais supram, FEAM etc. São órgãos burocráticos. O
425 comitê é uma plenária que é política, de política de meio ambiente, de recursos hídricos
426 no território da bacia. Isso tem que ficar claro. Já que o Túlio falou a respeito de ter
427 encaminhado as denúncias para os órgãos de fiscalização do estado, como encaminha-
428 mento para finalizar esse ponto de pauta. Propôs retirar esse ponto de pauta e
429 encaminhar todas essas denúncias detalhadas aos órgãos de fiscalização do estado, e
430 que também faça uma articulação junto ao Ministério público, porque não está sendo
431 prejudicando nenhum empreendedor, ele já está com sua atividade em funcionamento,
432 só não vai ter a expansão aprovada, e isso vai abrir um caminho para que os órgãos do
433 estado deem uma olhada na bacia, porque o comitê não tem poder de polícia, mas o
434 órgão de estado tem e o Ministério público vai saber o que que vai fazer, porque o
435 Ministério público é um órgão que defende os interesses da coletividade, embora exis-
436 tam dúvidas a respeito disso, esse é o papel do Ministério público e o Comitê de bacia
437 é um órgão de estado tem como atribuição agir nesse sentido, e não se pode ser omisso
438 frente a essa situação que está acontecendo no Rio da Prata. **Tobias Vieira (MOVER)**
439 Explicou que o comitê tem um prazo previsto para a manifestação e em um momento



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2023

440 anterior um processo tirou-se de pauta e o IGAM passou por cima e mandou para o
441 conselho estadual. Explicou que o comitê não pode perder esse prazo ou delibera, cum-
442 pre o prazo, e leva a manifestação para frente, se simplesmente tira de pauta o comitê
443 não cumpriu o papel e o IGAM manda direto pro conselho. **Antônio Eustáquio (MO-**
444 **VER)** citou que a sugestão de retirar de pauta já mostra claramente que o comitê não
445 tem interesse em prejudicar ninguém. Como é uma questão burocrática, sugeriu o in-
446 deferimento, e que leve a para os órgãos de fiscalização. Foi dito que o corpo de água
447 do rio tem problemas com a extração de areia, e se sabe das deficiências que o órgão
448 do estado tem com relação à fiscalização, a sugestão de indeferir o processo e mesmo
449 assim levar as denúncias com relação à extração de Areia no Rio da Prata, tanto os
450 órgãos de fiscalização do estado como para o Ministério público, para que o Ministério
451 público veja o que está acontecendo e que tome as providências cabíveis, não no sen-
452 tido de punir, mas de regularizar o que acontece na bacia do Rio da Prata. **Túlio**
453 **Pereira de Sá (FIEMG)** concordou com a retirada de pauta, mas para o indeferimento
454 não houve votação, sendo insinuada a votação do indeferimento. **Antônio Eustáquio**
455 **(MOVER)** explicou que é um encaminhamento, e não está sugerindo que é a favor.
456 **Túlio Pereira de Sá (FIEMG)** falou sobre os problemas desse processo, sugeriu a
457 retirada de pauta e que verificassem os prazos com o IGAM e não ir em frente ao
458 conselho e sim voltar a decisão para o comitê, porque a manifestação está dentro do
459 prazo, fizessem uma reunião extraordinária novamente com o processo. **Antônio Eus-**
460 **táquio (MOVER)** questionou que se retirando de pauta eles vão aprovar de qualquer
461 forma. Fazendo o indeferimento, depois dos estudos, prontos, comprovado que não
462 tem nada de irregular o empreendedor entra de novo com o processo. **Adson Ribeiro**
463 **(IRRIGANOR)** concordou com o Túlio, e explicou que deve se ter um encaminha-
464 mento, se vai indeferir ou retirar de pauta, correndo o risco de ser aprovado em
465 instâncias superior sem passar pelo comitê ou aprovar do jeito que está, ou aprovar
466 condicionantes conforme Tobias citou. **Antônio Eustáquio (MOVER)** relatou que
467 são apenas duas opções ou a favor ou contra o empreendimento. **Adson Ribeiro (IR-**
468 **RIGANOR)** esclareceu que podem ser votados a favor ou contra, mas colocando as
469 condicionantes já citadas na reunião. **Tobias Vieira (MOVER)** informou que se pode
470 construir a condicionante da avaliação integrada pois o responsável pelo empreendi-
471 mento já se favoreceu ao processo. Houve questionamentos se a outorga seria aprovada
472 e foi explicado que sim, se houver a aprovação com condicionante o empreendimento
473 vai ser aprovado. **Antônio Eustáquio (MOVER)** questionou se os estudos apontarem
474 que o empreendimento não pode ser realizado. **Tobias Vieira (MOVER)** Opinou que
475 não adiantaria nada, depois que o empreendimento já estaria funcionando. **Afonso de**
476 **Jesus (ASPROM)** lembrou a todos que o empreendimento não vai parar, o que está
477 sendo discutido é o aumento, a dobra de extração de areia. O empreendimento vai
478 continuar funcionando com a outorga anterior até a conclusão deste estudo. Quando
479 tiver a fiscalização todos teriam uma noção do quão grave é a situação do rio. Pediu a



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2023

480 todos que avaliassem as questões e não aprovassem o aumento da outorga até o estudo
481 estar pronto. **Sophia Vieira (PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DE MI-**
482 **NAS)** relatou que o estudo partir de um empreendedor é complicado de ter uma
483 neutralidade de avaliação. Explicou a todos que seria ideal indeferir de modo que o
484 empreendedor faça pressão no órgão ambiental para que o estudo seja feito de uma
485 forma neutra, de uma avaliação neutra, não de uma avaliação partindo de um empre-
486 endedor, não desse específico, mas se sabe que o empreendedor tem o interesse de usar
487 o solo, usar o espaço. **Adson Ribeiro (IRRIGANOR)** perguntou a todos se todos
488 concordam com a questão de aprovar o não. **Alexandre Matos (IBRAM)** Relatou que
489 o empreendedor não fez uma apresentação detalhada dos processos, do controle ambi-
490 ental, do controle que ele pratica, de como ele executa a atividade dele. Sugeriu que
491 marcassem uma reunião extraordinária para que ele apresente todo o processo, e que
492 o órgão ambiental possa se posicionar detalhadamente de como ele avaliou o empre-
493 endimento para que todos possam tomar uma decisão, porque é uma situação que
494 ninguém tem exatamente o detalhe de como empreendedor e a equipe técnica que fez
495 os estudos ambientais, que subsidiou o processo administrativo. Poderia então o em-
496 preendedor e a empresa técnica que fez o processo administrativo mostrar e se
497 posicionar sobre se os impactos são locais, se são, mais amplos, como que ele garante
498 a cota da draga, como que ele garante a vazão adequada, como que ele garante os
499 controles pertinentes. **Antônio Eustáquio (MOVER)** explicou que o empreendedor
500 deveria ter feito essa apresentação na CETOC e não apareceu, e que não tem problema
501 marcar uma reunião para isso, o problema é o tempo do processo e o que seria feito no
502 momento, se seria retirado de pauta. **Tobias Vieira (MOVER)** Relatou que o prazo
503 do processo é até dia 11 de novembro e que seria retrabalho fazer tudo novamente,
504 porque o problema não é do empreendimento, o problema é na bacia, é na microbacia.
505 Houve discussões sobre votar ao parecer da CETOC ou SEMAD. **Tobias Vieira (MO-**
506 **VER)** explicou que a votação deve ser realizada ao parecer da SEMAD, quem estiver
507 votando favorável vai votar favorável ao parecer da Semad, que é pelo deferimento. E
508 quem for contrário vai votar contrário ao parecer da Semad, ou seja, votando para o
509 indeferimento. **Alexandre Stehling dos Santos (PREFEITURA MUNICIPAL DE**
510 **VAZANTE)** lembrou que o parecer da foi negativo com o voto duplo do Tobias e
511 mais de 50% da CETOC se absteve pela situação do processo. Pelas séries de apresen-
512 tações da situação que a gente não tem informação exata, correta do que realmente é.
513 Para que não sejam injustos porque foram 5 votos, 3 abstenções, um contra um a favor.
514 Então falar que o parecer da CETOC foi de indeferimento é uma disparidade. **Antônio**
515 **Eustáquio (MOVER)** iniciou a votação. Foram os seguintes votos: **Rodrigo de Sousa**
516 **Lousada - Suplente, votou favorável, Tais Fernanda Martins Ferreira (SEMAD)**
517 **– Titular, se absteve do voto por ser analista do processo, Álvaro de Moura Goulart**
518 **(EMATER) – Titular, votou favorável, Renata Lorrane Vieira Silva (AMNOR) –**
519 **Titular, não estava presente na votação, Sophia Lorena Pinto Vieira (Prefeitura**



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2023

520 Municipal de Patos de Minas) – Titular, votou contra baseado no princípio da precau-
521 ção em relação ao que o Afonso apresentou, **Denys Herculano de Castro** (Prefeitura
522 Municipal de Lagoa Grande) – Titular, não estava presente na votação, **Denys Henri-**
523 **que de Andrade Santiago** (Prefeitura Municipal de Paracatu) – Titular, não estava
524 presente na votação, **Alexandre Stehling dos Santos** (Prefeitura Municipal de Va-
525 zante) – Titular, votou favorável, **Ivonete Antunes Ferreira** (Prefeitura Municipal de
526 Brasilândia de Minas) – Titular, se absteve do voto, **Gustavo Lino Mendonça** (SAAE
527 Buritizeiro) – Suplente, não estava presente na votação, **Alexandre Augusto Soares**
528 **Matos** (IBRAM) – Titular, votou favorável, **Adson Roberto Ribeiro** (IRRIGANOR)
529 – Titular, se absteve do voto, seguindo o voto da conselheira da Irrigador na CETOC,
530 **Túlio Pereira de Sá** (FIEMG) – Titular, votou favorável, **Afonso de Jesus Silveira**
531 **Andrade** (ASPROM) – Titular, votou contra a aprovação devido aos riscos que o Rio
532 da Prata está tendo de secar, **Antônio Eustáquio Vieira** (MOVER) – Titular, foi con-
533 trário à aprovação, **Bruno Peres Oliveira** (CREA-MG) – Titular, votou favorável.
534 Totalizando foram seis votos a favor, três votos contra, três abstenções e quatro pes-
535 soas do total de participantes estavam ausentes no momento da votação. **08)**
536 **APRESENTAÇÃO DO COMUNICADO IGAM Nº 02/2023 IGAM - TOBIAS VI-**
537 **EIRA. Tobias** iniciou sua apresentação, explicando o comunicado, que diz que os
538 estudos realizados pela gerência de regularização de uso de recursos hídricos para as
539 bacias do Rio velhas e Paracatu que identificarem a indisponibilidade hídrica para no-
540 vas outorgas, considerando que nos próximos meses estará disponível um novo estudo
541 de regionalização de vazão, que abarcará as vazões sazonais, considerando que o refe-
542 rido estudo apresentará novas referências para análise de disponibilidade hídrica nas
543 bacias do Rio das velhas e Paracatu, a partir de 28/08/23, fica definido temporaria-
544 mente para as captações superficiais consultivas na bacia do Rio Paracatu, o
545 sobrestamento de todas as solicitações de outorgas formalizadas, com exceção das so-
546 licitações de renovação e retificação de titularidade e o sobrestamento de novas
547 solicitações de retificação técnica com aumento de vazão nas áreas declarada de con-
548 flito. As solicitações de outorgas vinculadas ao licenciamento ambiental
549 acompanharão a tramitação dos respectivos processos de regularização. Resumindo, o
550 que o IGAM tomou como decisão é paralisar as análises dos processos individuais que
551 já estavam protocolados na bacia do Paracatu, e os novos processos a partir de
552 28/08/2023 que forem protocolados das áreas de conflito também serão sobrestados.
553 Na CETOC o Lucas do IGAM participou e lá ele explicou que essa medida foi exata-
554 mente para não se indeferir todas as outorgas, porque com a metodologia que existe
555 hoje para análise de disponibilidade hídrica, já estavam tendo dificuldade de outorgar
556 os usos, então, para não começar a indeferir todos os usos, os novos usos, essas retifi-
557 cações, e ampliações o IGAM tomou por decisão sobrestar, e esse sobrestamento
558 significa parar a análise, ele não vai ser analisado até sair esse novo estudo. Explicou
559 também que em reunião com o IGAM, avisaram que a previsão para esse novo estudo



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2023

560 de regionalização de vazão vai sair entre novembro e dezembro desse ano. Essa é a
561 previsão. O estudo está praticamente pronto, estão fazendo alguns ajustes para publi-
562 cação e para a divulgação desse estudo. E a partir de então, vai se regulamentar a
563 outorga sazonal, que vai ser realmente um fato novo. Vai ser algo inovador em Minas
564 Gerais. Se vai funcionar ou não, foram algumas questões levadas na discussão. Se vão
565 respeitar a outorga sazonal, se vai ser regulamentado de outra forma, se vai ter algum
566 tipo de telemetria específico, mas vai ser uma outra discussão que vai poder também
567 colaborar e contribuir para isso. Explicou que se o IGAM começasse a indeferir os
568 pedidos de outorga, ficaria claro que é o primeiro ponto para se caracterizar uma área
569 de conflito por uso de água. É a negativa do órgão ambiental. Então, muito provavel-
570 mente esse foi um dos motivos também porque, imagina-se a área do Paracatu inteiro
571 ser considerada de conflito. **Adson Ribeiro (IRRIGANOR)** concordou com o comu-
572 nicado mas demonstrou preocupação sobre o comunicado, pois a situação está crítica,
573 mas, no comunicado fala sobre as solicitações de outorga vinculadas ao licenciamento
574 ambiental que acompanharão a tramitação dos respectivos processos de regularização,
575 que no caso não sobrestou para todos. Os processos de grandes empreendedores con-
576 tinuaram tramitando, e só paralisaria para os pequenos empreendedores. Concluiu que
577 deveria ser sobrestado para todos, sugeriu que não fosse liberado outorga para todos
578 até o estudo ser finalizado. **Antônio Eustáquio (MOVER)** voltou ao item 07 da pauta
579 e deu como aprovado o processo de outorga de grande porte nº 13361/2023 requerido
580 por F&G extração e comércio de areia Ltda. **Afonso de Jesus (ASPROM)** pediu a
581 palavra, solicitou a todos os conselheiros sem exceção, que votou, abstenção ou contra,
582 ou que votou a favor quando passar sobre a ponte do Rio da Prata na BR040 que façam
583 uma análise de consciência sobre seu voto. **Tobias Vieira (MOVER)** lembrou sobre
584 os encaminhamentos que foram solicitados pelos conselheiros. **Adson Ribeiro (IR-**
585 **RIGANOR)** solicitou que fizessem um encaminhamento ou ofício ao IGAM para que
586 sobrestassem as outorgas de modo geral, para todos, não somente os individuais. **An-**
587 **tônio Eustáquio (MOVER)** propôs a formação de uma comissão para tratar na bacia
588 do Paracatu com relação a ao enfrentamento da crise hídrica. Sugeriu a realização de
589 um ofício aos órgãos de fiscalização do estado a respeito da situação real das dragas
590 de estação de Areia no Rio da Prata, para que eles apresentem para o comitê um rela-
591 tório in loco. Sugeriu também que solicitem apoio do Ministério público da bacia do
592 Paracatu e Urucuia, pra realização de um estudo integrado na bacia. Sugeriu convidar
593 o CBHSF para uma reunião com a comunidade sobre a barragem e com CGL do Santa
594 Isabel. **Afonso de Jesus (ASPROM)** solicitou ao comitê encaminhar para os órgãos,
595 que seja enviado uma cópia de ata dessa reunião para o Ministério público regional,
596 Ministério público de João Pinheiro, Ministério público de Paracatu, e coordenadoria
597 das bacias, faça uma fiscalização rigorosa nas dragas do Rio da Prata. Solicitou ao
598 IGAM que realizasse um estudo integrado da bacia e enquanto não sair esse estudo
599 integrado, que não se renove e não de novas outorgas de retirada de Areia e renovação



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2023

600 na bacia do Paracatu, enquanto não for apresentado o estudo empregado da bacia. **Antônio Eustáquio (MOVER)** questionou se esses encaminhamentos seriam da
601 ASPROM para os órgãos ou do comitê para os órgãos, pois a plenária precisa aprovar.
602 Afonso explicou que quer que o comitê oficialize os requerimentos dele. **Túlio Pereira**
603 **de Sá (FIEMG)** foi contra o envio de alguns ofícios porque entende que a instituição
604 que deveria enviar os ofícios e não o comitê, devido nem todos concordarem com o
605 posicionamento. Relatou que a partir do momento que a ASPROM recebeu a denúncia,
606 eles teriam que ter encaminhado para os órgãos competentes, e não cabe ao comitê. É
607 contra um ofício do comitê se manifestando na denúncia. **Afonso de Jesus (AS-**
608 **PROM)** questionou qual seria a função do comitê se ele não pode apresentar essas
609 denúncias. **Túlio Pereira de Sá (FIEMG)** informou que essa não seria a maneira cor-
610 reta de realizar o procedimento. Porque a plenária foi a favor do empreendimento. Foi
611 falado sobre as funções do comitê, e sobre os posicionamentos de cada um. Foi con-
612 trário a opinião do Afonso. Se a plenária decidir a favor tudo bem. **Afonso de Jesus**
613 **(ASPROM)** informou que está fazendo um requerimento ao comitê, e que tem direito
614 de fazer requerimentos ao comitê pois é a função dele. Se o conselheiro não pode pedir
615 um estudo integrado da bacia, se o conselheiro não pode pedir ao Comitê para oficia-
616 lizar ao Ministério público e ao estado o que é que está acontecendo, o comitê é um
617 parlamento onde se discute os problemas das águas. Explicou sobre a situação do mo-
618 mento e que o comitê é um conselho político. **Antônio Eustáquio (MOVER)** explicou
619 que quando é uma sugestão de ofício, a plenária tem que aprovar ou não. O comitê já
620 vai fazer um ofício para fiscalização do estado, solicitando em detrimento das condi-
621 ções que foram relatadas nesta reunião, é necessário a fiscalização nas dragas do Rio
622 da Prata, se o estado solicitar a ata será enviada. Vai ser solicitado apoio ao Ministério
623 público para a realização do estudo integrado da bacia. **Adson Ribeiro (IRRIGA-**
624 **NOR)** explicou que o comitê é um colegiado de opiniões dos conselheiros. Não se
625 pode apenas ouvir uma opinião. Enviar algum ofício, deve ser por votação, se for vo-
626 tado por unanimidade ou maioria dos votos. **Afonso de Jesus (ASPROM)** questionou
627 sobre a decisão de enviar um ofício ter que passar por votação em plenária. **Adson**
628 **Ribeiro (IRRIGANOR)** explicou sobre a plenária ser soberana nas situações. **Túlio**
629 **Pereira de Sá (FIEMG)** relatou que o posicionamento é da entidade que ele repre-
630 senta. **Antônio Eustáquio (MOVER)** por questão de ordem pediu a palavra. **Sophia**
631 **Vieira (PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS)** pediu a palavra e
632 lembrou a todos qual é o papel do conselheiro que é ser os olhos dos órgãos ambientais.
633 A partir do momento que se toma ciência de alguma situação complicada em determi-
634 nado local, tem sim que levar isso em consideração na hora dos votos, porque o órgão
635 ambiental do estado conta com isso. Ele conta que o conselho está fazendo essa vigília
636 localmente. Presidente passou ao próximo ponto de pauta. **09) ASSUNTOS GERAIS**
637 **E COMUNICADO DOS CONSELHEIROS: Tobias Vieira (MOVER)** informou a
638 todos sobre uma atualização sobre o regimento e a união dos comitês. Em uma
639

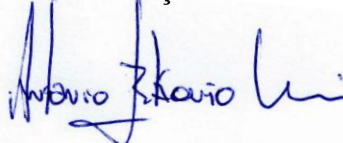


COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2023

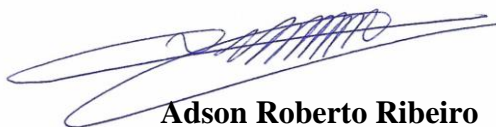
640 conversa com o Thiago Figueiredo, ele falou que o decreto de união dos comitês está
641 parado na casa civil. Breve deve sair a publicação e a minuta do regimento que foi
642 criada pelo IGAM, segundo ele, tiveram algumas considerações e divergências com a
643 minuta criada pelo conselho estadual, e eles estão tentando aparar essas arestas para
644 fechar a minuta do novo regimento. **Adson Ribeiro (IRRIGANOR)** perguntou sobre
645 o andamento do grupo de trabalho do GT de união. **Ivonete Antunes Ferreira (PRE-**
646 **FEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DE MINAS)** relatou que as reuniões
647 são informadas na plenária e as deliberações tomadas, estão dentro das plenárias, e que
648 são trazidas pelo GT de união. E outra pauta, que é muito importante é que se fale um
649 pouco mais sobre a agência de bacia, porque no ENCOB tiveram muitas reclamações
650 sobre as agencias, no qual elas tomam conta dos comitês e o comitê vai se apagando.
651 **Adson Ribeiro (IRRIGANOR)** agradeceu a plenária acalorada e as divergências, e
652 falou sobre a democracia da plenária. **Ivonete Antunes Ferreira (PREFEITURA**
653 **MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DE MINAS)** agradeceu e parabenizou ao
654 Afonso pelas denúncias. **Afonso de Jesus (ASPROM)** agradeceu e informou a todos
655 que não está defendendo o interesse pessoal, e sim o interesse coletivo da bacia do Rio
656 Rio da Prata. Relatou que não pode se calar, e que solicitou o estudo para contemplar todo
657 o Rio da Prata. **Adson Ribeiro (IRRIGANOR)** sugeriu que se volte com o tema do
658 Rio da Prata na próxima plenária pra que seja deliberada mais alguns temas. O Rio da
659 Prata abastece o Rio Paracatu e é muito importante para todos da região. **Afonso de**
660 **Jesus (ASPROM)** explicou que recorreu ao comitê pois não tem onde recorrer. Agra-
661 deceu a todos. **Antônio Eustáquio (MOVER)** informou a todos que solicitou
662 apresentação a respeito da questão meteorológica na bacia do Paracatu, nesse período
663 de agora pra frente, até o final do ano. Não obteve resposta, e estão sem informações
664 sobre. **10) ENCERRAMENTO:** Não havendo outros assuntos a serem tratados, **An-**
665 **tônio Eustáquio** agradeceu a presença de todos e assim declarou encerrada a reunião.

666
667 APROVAÇÃO DA ATA

668
669 

670 **Antônio Eustáquio Vieira**

671
672 Sr. Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paracatu

673
674 

675 **Adson Roberto Ribeiro**

676 Sr. Secretário do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paracatu
677